

Futuro Congresso constituinte preocupa os autores da Carta

Carlos Menandro 15.05.89

Arquivo 06.04.89

Arquivo 21.10.88

Sylvio Costa

Políticos de diferentes partidos estão preocupados com a possibilidade de a Constituição Federal, promulgada após quase dois anos de polêmicas discussões, vir a ser profundamente alterada pelos futuros congressistas. É que caberá ao Congresso, renovado pelas eleições de 1990 — nas quais estarão em disputa todas as cadeiras da Câmara e um terço das vagas do Senado — não só regulamentar uma série de questões que dependem de aprovação de leis complementares e ordinárias, como fazer, em 93, a revisão de todo o texto constitucional.

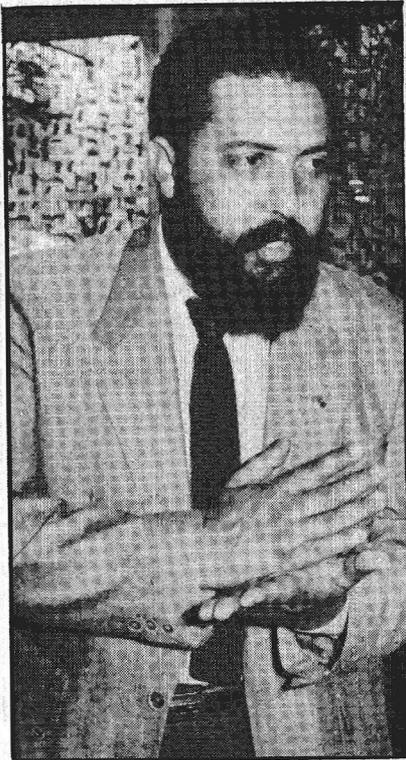
Deputados como Paulo Paim (PT/RS) já decidiram disputar a reeleição destacando o caráter constituinte do novo Congresso, "cujos poderes serão talvez mais relevantes do que os do Congresso atual", na opinião do senador Marco Maciel (PFL/PE). Na mesma linha, o deputado federal Osmundo Rebouças (PMDB/CE) alerta: "Vai ser mesmo um Congresso Constituinte, que poderá mexer em tudo na revisão prevista para 93, além de poder inviabilizar, na fase de regulamentação, a aplicação de várias disposições constitucionais".

Tais preocupações, porém, estão restritas por enquanto a alguns parlamentares, geralmente aqueles que se mostraram mais atuantes durante os trabalhos de elaboração da Constituição promulgada em cinco de outubro do ano passado. "A grande maioria dos políticos não está atenta para a questão", constata o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP). Ele admitiu que, inclusive no seu partido, as atenções estão integralmente voltadas para a sucessão presidencial. "É o velho casuísmo brasileiro", comentou. "Em nosso País, a gente vai no sufoco, sempre fazendo as coisas em cima da hora".

Mais ágeis, os grupos que fizeram lobby junto aos constituintes de 88 estão absolutamente conscientes quanto às características muito peculiares da próxima legislatura e já se articulam em defesa de seus interesses. A questão mobiliza entidades de orientação quase oposta, como a União Democrática Ruralista (UDR) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), sem falar das empresas privadas que optam por uma atuação mais discreta, seja através de assessores ou de empresas de lobby.

Há quem acredite, aliás, que o atual Congresso ainda vai fazer muito na área de regulamentação constitucional. Nelson Jobim (PMDB/RS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, acha que ele aprovará pelo menos a legislação referente à seguridade social, à Advocacia Geral da União, à utilização do solo urbano, às diretrizes e bases da educação, à defesa do consumidor, ao sistema financeiro e à estrutura tributária. Embora isto não seja pouco, representa apenas uma parte do oceano de questões que, apesar de tratadas na Constituição, não podem ser aplicadas sem prévia regulamentação. "Para regulamentar tudo", calcula Jobim, "vamos levar no mínimo 12 anos, o que é pouco tempo, na verdade, na vida de uma nação".

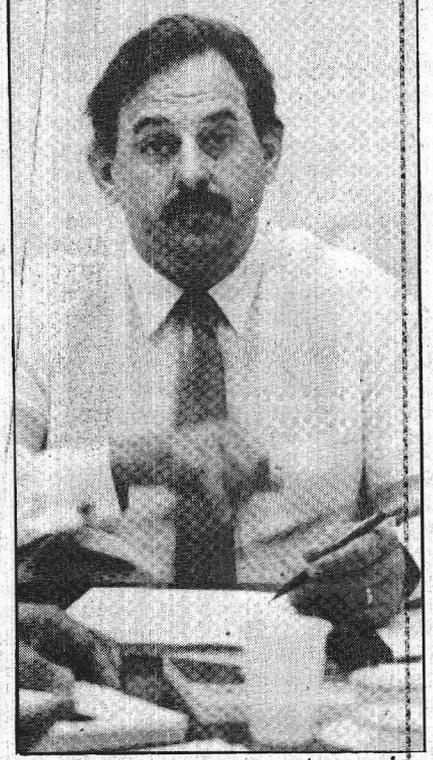
Seja como for, esta avaliação é considerada excessivamente otimista por outros parlamentares. "O atual Congresso fará muito pouco nessa área", resume Marco Maciel, lembrando do calendário eleitoral de 89 e 90, para o qual estarão convergindo as atenções. Os



Paim: defender conquistas



Cardoso: buscar a concisão



Jobim: tempo para votar mais

mundos concorda: "Regulamentação constitucional não é só algo complexo, porque permite dirigir a coisa de um lado para o outro, inclusive inviabilizando o cumprimento do mandamento constitucional. É também um processo lento. A Itália tem a mesma Constituição há 40 anos e regulamentou apenas 60% dela".

Muitas mudanças

Para Maciel, mais importante que a regulamentação é a revisão prevista pelo artigo terceiro do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: "Estou convencido de que a Constituição será significativamente modificada, seja qual for a composição de forças do futuro Congresso. Isso dependerá muito do resultado das eleições presidenciais e, portanto, é cedo para se especular sobre o perfil ideológico do novo Legislativo. Mas, inevitavelmente, a Constituição atual será substituída por outra menos analítica".

Fernando Henrique é da mesma opinião: "Muita coisa foi incluída na Constituição sem precisar. Aprendemos que uma Constituição não tem que ser longa. O importante é que ela garanta a democracia e modernize as relações sociais, que são muito selvagens no capitalismo brasileiro". Osmundo Rebouças insiste que nenhuma das disposições constitucionais ditas "progressistas" tem sobrevivência assegurada. "Digamos que tenhamos um presidente da República e um Congresso conservadores. Nessas circunstâncias, claro que não se tornará realidade a parte progressista do texto atual".

Nesse aspecto, Paulo Paim diverge, acreditando sobretudo na mobilização popular: "Não acredito que venha a ocorrer retrocesso, mesmo na possibilidade de vir a ser eleito um presidente conservador. Na minha opinião, a repulsa da população à chamada classe política e o avanço da organização dos trabalhadores vão aumentar bastante a representação da classe trabalhadora, hoje reduzida a não mais que 50 parlamentares na Câmara". Especulações à parte sobre o perfil ideológico do Congresso do quadriênio 1991/94, uma indiscutível verdade vem à tona: tenhamos ou não, no futuro, um Legislativo conservador, o fato é que — ao contrário do que pensam muitos — a batalha constituinte apenas começou.